

APRESENTAÇÃO EDITORIAL

Carlos Leonardo Kelmer Mathias

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ao longo de seus quase 10 anos de vida, a *Revista Veredas da História*, fruto de um esforço que hoje vem chegando ao albor da maturidade, nunca se furtou à tão propalada, e não menos fastidiosa, interdisciplinaridade. E assim não poderia deixar de ser pois, afinal, trata-se de uma revista de História! Bem, caso tal modesta afirmação não tenha bastado para justificar a interdisciplinaridade então observada, faço-me mais explícito. A me desculparem previamente pela simplicidade e pobreza argumentativa, nossa nobre ciência se encarrega, fundamentalmente, da busca pela compreensão, e posterior explicação, dos diversos aspectos da lógica de funcionamento das sociedades no contínuo devir temporal que, poeticamente, não deixa de se parafrasear. Assim posto, não creio ser possível, muito menos prudente, nos furtarmos à aceitação de que toda sociedade é, a rigor, plural. Dito isso, como analisa-la senão pelo viés interdisciplinar? Eis a grande virtude do volume que ora o leitor da nossa 13ª edição tem em mãos.

No primeiro artigo do presente número, *A irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre em foco: notas de pesquisa sobre protagonismo e sociabilidade negra*, Vinícius Furquim de Almeida, valendo-se dos ensinamentos da microhistória italiana e alerta às armadilhas da pesquisa onomástica, analisa dez livros da irmandade de Conceição de Porto Alegre entre 1870 e 1900 com vistas à compreensão de seu espaço devocional como lugar de sociabilidade, atentando para as estratégias de mobilidade social que a população negra poderia empreender a partir do pertencimento à irmandade em questão – destaque para o estudo das trajetórias de vidas e das relações sociais perpetradas por alguns dos personagens analisados no decurso do texto.

No segundo artigo dessa edição, *A moda como objeto do pensamento*, Paulo Debom, objetivando explicitar a relevância da moda como objeto da pesquisa acadêmica, oferta ao público um destacado debate historiográfico acerca do tema partindo dos pioneiros estudos de Spencer, em finais do século XIX, até os recentes trabalhos de Gilles Lipovetsky, pontuando sobriamente o divisor de águas representado pelos estudos de Roland Barthes de meados do século XX. Sublinha como as diversas pesquisas sobre o tema demonstraram que a moda, mais do que signo de indumentárias, expressa os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais das sociedades, aclarando questões atinentes desde ao mundo do trabalho, passando por conflitos entre grupos sociais, até mudanças de mentalidade.

No artigo intitulado *A noção de justiça distributiva nas relações de compadrio da Vila Santa Maria do Baependi, sul de Minas Gerais, século XIX*, Juliano Tiago Viana de Paula busca

compreender, a partir da noção de justiça distributiva nas sociedades de Antigo Regime, a lógica inerente às relações de compadrio. Outrossim, seus estudos revelam questões próprias à estratificação social passível de ser atestada na Vila de Baependi consoante pressupostos teóricos coevos segundo os quais cada indivíduo recebia o que lhe era justo de acordo com sua posição na hierarquia social. Em tempo, o autor se insere na recente corrente metodológica que conjunta os ensinamentos da microhistória italiana com os métodos da análise de rede social.

Avançando para o quarto artigo, *As relações sociais e de poder na baixa idade média portuguesa: uma análise testamentária sobre a representação da morte dos últimos reis afonsinos (séc. XIV)*, Airles Almeida dos Santos, após realizar um breve debate historiográfico concernente aos trabalhos sobre a morte e o poder na historiografia francesa e na brasileira, tratou de compreender de que forma os rituais fúnebres e a confecção da imagem da morte podem ser utilizados como estratégia de manutenção de poder, ou seja, uma via de legitimação e de valorização de um estrato social específico, a saber: os últimos reis afonsinos portugueses. Para tanto, valeu-se do estudo dos testamentos régios, o que restou por adicionar ao texto uma boa discussão metodológica alusiva ao trato da fonte testamental para o estudo do medievo.

Conferindo mais cores à paleta interdisciplinar do corrente número, Antônio Pereira Gaio Júnior, em seu artigo *Considerações históricas na proteção de direitos: a evolução do direito processo civil no tempo*, redige uma precisa história do surgimento do código de processo civil brasileiro. Seus estudos se iniciam na influência dos direitos romano e grego nas discussões relativas à implementação dos primeiros códigos de processo civil em âmbito europeu – com destaque para o francês em meados do século XVII, cuja importância se fez sentir nos demais códigos desde então. Na segunda parte do artigo, o autor aborda o surgimento do referido código no Brasil, em 1939 (com origem nas Ordenações Filipinas), detalhando as transformações pelas quais o mesmo passou até a promulgação do novo código de processo civil brasileiro em 2015.

Com o escopo de demonstrar as potencialidades e os limites do emprego dos registros civis nos estudos históricos, Carlos Eduardo Coutinho da Costa, no artigo *O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-abolição, Rio de Janeiro (1889-1940)*, dialoga com Antônio Gaio ao construir o panorama histórico do processo de implantação dos registros civis no Brasil desde o oitocentos, passando pela burocratização civil perpetrada a partir da proclamação da República (com o resultante detalhamento de informações nos referidos registros), até a culminação, em 1928, da inclusão da categoria “cor” no preenchimento de registros como de nascimento, matrimônio e óbito. Acerca dessa última matéria, o texto executa uma excelente discussão teórico-metodológica.

Por fim, no artigo denominado *Traços carnavalescos das festas de novembro em Cartagena de Indias: um enfoque histórico do sentido da “desorden”*, Milton Moura coroa a essência interdisciplinar do corrente número. Sob forte influência da obra de Mikhail Bakhtin, o

autor, afora questionar o rigor cronológico das festas comumente conhecidas sob a alcunha de Carnaval, analisa as festividades na cidade colombiana de Cartagena de Indias deste o período colonial até o republicano, pondo em relevo a pertinência teórica de se valer do estudo das festas para acessar o cotidiano e as práticas culturais daquela sociedade, assim como observar o contínuo reinventar-se da cultura carnavalesca local. O artigo ainda faculta ao leitor ótimas ferramentas teórico-metodológicas no manejo das fontes de cunho narrativo.

Na primeira das três resenhas que findam o atual número, Marcial Castro, analisando a obra de Alejandra Matus intitulada *Doña Lúcia: la biografía no autorizada*, explora não apenas uma expressiva figura feminina da história chilena – afinal, dona Lúcia era esposa do general Augusto Pinochet –, como também apresenta ao público brasileiro uma destacada obra para estudos de gênero e de construção biográfica. Avançando para a segunda resenha, Débora Pereira aprofunda magistralmente a questão de gênero ao passar em revista a coletânea *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*, organizada por Isabel Braga e Margarita Hernández, e publicado em 2015. O esmero observado em tal resenha está à altura da relevância da publicação. Nessa esteira, Joseane Pereira finda a seção resenhando a coletânea *Feminismo e política: uma introdução*, de 2014, e cuja organização coube a Luís Miguel e a Flávia Biroli. Indubitavelmente, Joseane Pereira fez jus à importância dessa que talvez seja um dos mais expressivos trabalhos sobre o tema publicados recentemente na historiografia brasileira.

Enfim, esperamos que a partir dos artigos e das resenhas que compõem a 13ª edição da *Revista Veredas da História*, as comunidades acadêmicas de História, em particular, e das Ciências Humanas, no geral, possam desfrutar de bons estudos capazes de promover o profícuo e necessário debate respeitante à árdua tarefa de realizarmos estudos e pesquisas interdisciplinares!